

Greve prejudica hospitais

LUÍSA MEDEIROS

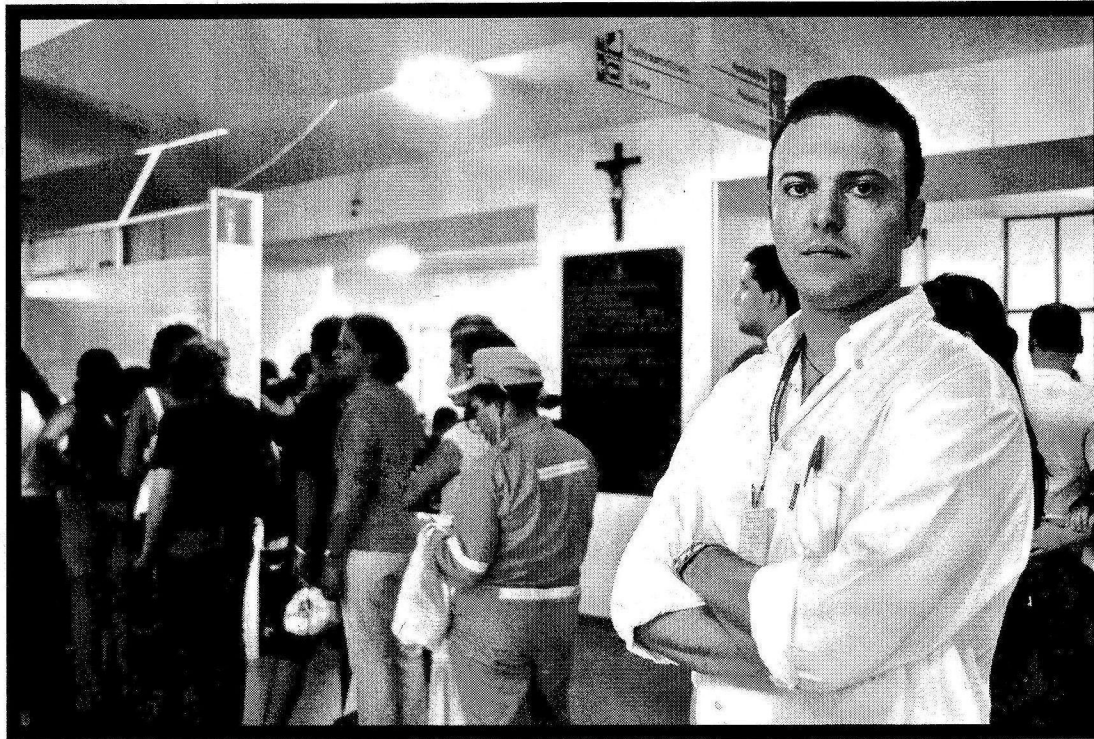
DA EQUIPE DO CORREIO

Médicos residentes do Distrito Federal vão aderir ao movimento nacional e cruzar os braços a partir de amanhã. Eles prometem entrar em greve em oito regionais de saúde para exigir melhores condições de trabalho e reajuste na bolsa. A Associação Brasileira de Médicos Residentes (Abramer) estima que cerca de 600 bolsistas paralisarão os atendimentos emergenciais, ambulatoriais e cirúrgicos da rede pública. O funcionamento dos serviços deverá ser comprometido porque 70% dos atendimentos são feitos pelos residentes. A Secretaria de Saúde garante que os prontos-socorros não serão atingidos. As vagas serão substituídas por médicos do próprio quadro. Não haverá novas contratações para outras unidades.

No Brasil, profissionais de cinco estados já pararam as atividades. A greve nacional faz parte de uma pauta de reivindicações (veja quadro) defendida há mais de um ano. Os residentes querem um aumento de 53,7% sobre o valor da bolsa auxílio de R\$ 1.459 – que desde 2001 não é reajustada. Além disso, defendem a redução do horário de trabalho. Por lei, os bolsistas devem cumprir a carga de 60 horas semanais.

Na prática, eles passam de 80 a 100 horas por semana, afirma o vice-presidente da Abramer, Márcio Almeida Paes. “Trabalhamos como médicos contratados, mas a função de cuidar dos pacientes não é nossa. O trabalho do residente deve ser supervisionado por um médico responsável”, diz.

Marcelo Ferreira/CB



RODRIGO, RESIDENTE DO HOSPITAL DE BASE, QUER QUALIDADE NA SUPERVISÃO MÉDICA E TEMPO PARA ESTUDAR

Segundo ele, a categoria está bem mobilizada para a manifestação que será realizada na frente do Hospital de Base, a partir das 8h de amanhã. Em Ceilândia, Gama e Sobradinho, Márcio Paes estima que 100% dos 115 residentes parem de trabalhar. No entanto, ele acredita que o atendimento à população não será comprometido porque existem staffs e preceptores (médicos com mais experiências que deveriam orientar os residentes nas unidades).

Críticas

Há dois anos no Hospital de Base, o residente Rodrigo Abreu, 26 anos, conhece bem as dificuldades de trabalhar com salário baixo, alta carga horária e a falta de

supervisão de profissionais mais experientes. “O que queremos é ter um treinamento supervisionado e tempo para estudar. Mas a realidade não é essa”, revela.

O movimento dos bolsistas é defendido pelo presidente do Sindicato Médico do DF, César Galvão. “Diante da realidade, pelo que recebem de auxílio e as condições insuficientes de ensino, eles têm razão para cruzar os braços”, afirma. Professor da Faculdade de Saúde há 20 anos, o oftalmologista Benedito de Sousa, 49 anos, apóia a luta da categoria porque acredita que irá melhorar o atendimento à população. “É melhor eles pararem do que continuar a trabalhar muito, recebendo pouco, sem

orientação de profissionais. A população está sendo atendida por profissionais que não estão preparados”, analisa.

Ontem à noite, o subsecretário de Atenção à Saúde, Evandro de Oliveira, reuniu-se com dirigentes da Abramer para conversar sobre os impactos na greve na rede pública do DF. A favor do movimento, ele prometeu encaminhar a pauta de reivindicação dos bolsistas à governadora Maria de Lourdes Abadia e garantiu que o atendimento nos prontos-socorros não será prejudicado.

Algumas unidades receberão reforços de médicos do próprio quadro. No Hospital Regional de Taguatinga serão remanejados profissionais para a clínica mé-

dica. Já no Hospital de Base, o reforço será na neurocirurgia da emergência. “A preocupação é evitar o prejuízo no atendimento dos prontos-socorros. Mas não haverá convocação para os serviços de ambatório e eletivo”, diz o subsecretário.

Em julho deste ano, 48 profissionais do Hospital Regional do Gama cruzaram os braços por sete dias. Para resolver o problema, a Secretaria de Saúde anunciou a contratação de 20 médicos.

Em setembro, a categoria também parou em outros estados e só voltou a atender depois da promessa do governo de reajustar o valor da bolsa em 30%, que passaria para 1.936,70. Até agora, nada saiu do papel.

PROPOSTAS

✓ Reajuste de 53,7% sobre o valor da bolsa auxílio de R\$ 1.459

✓ Valorização da residência como forma de especialização médica

✓ Redução da carga horária. Por lei, são 60 horas semanais. Os residentes alegam que trabalham de 80 a 100 horas por semana.

✓ Contratação de mais médicos e supervisores para atender na rede pública